

# INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS A PARTIR DE UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO

Kely Guimarães Rosa, Universidade de Taubaté<sup>1</sup>

Suelene Regina Donola Mendonça, Universidade de Taubaté<sup>2</sup>

Alessandra Aparecida dos Santos Silva, Colégio Educacional Iguatemy<sup>3</sup>

Luciana de Oliveira Rocha Magalhães, Universidade de Taubaté<sup>4</sup>

Odila Amélia Veiga França, Universidade de Taubaté<sup>5</sup>

Eixo Temático 6: Aprendizagem e Avaliação:  
Diagnóstico, Planejamento e Gestão do Trabalho Pedagógico

## Resumo

Pretende-se, neste artigo, abordar aspectos teóricos que norteiam o processo de inclusão no Ensino Superior. O objetivo deste artigo é apresentar a contribuição da psicopedagogia como ferramenta de apoio para os alunos que ingressam nessas instituições, no que diz respeito às suas necessidades educacionais especiais. Dessa forma, este estudo se justifica por permitir a quebra de parâmetros enraizados no contexto do Ensino Superior, no que se refere a atuação do psicopedagogo junto aos alunos que buscam uma formação acadêmica e que apresentam uma necessidade educativa especial. Assim sendo, este estudo ancora-se nas determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na Lei Brasileira de Inclusão 13.146/15 e nas reflexões realizadas por Faria (2010), Bossa (2011) e Hoirisch, Barros e Souza (1993), dentre outros autores. Nesse intuito, percebe-se que a Psicopedagogia, enquanto área de conhecimento e de prática na educação, é de grande valia na inclusão de alunos com necessidades educacionais no Ensino Superior, uma vez que oferece subsídios que permitem ao educador desenvolver um trabalho preventivo e atuar de forma a diminuir os problemas de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Inclusão; Ensino Superior; Psicopedagogia.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UNITAU. Com Especialização em Gestão Educacional e Psicopedagogia; graduada em Pedagogia.

<sup>2</sup> Doutora pelo programa de Educação: História, Política e Sociedade da PUC São Paulo. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté

<sup>3</sup> Mestre em Linguística Aplicada pela UNITAU.

<sup>4</sup> Doutoranda em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP; Mestre em Educação pela UNITAU. Com especialização em Gestão Educacional e Educação Inclusiva; graduada em Direito e Pedagogia.

<sup>5</sup>Prof.<sup>a</sup> Doutora pelo programa em Educação: Currículo, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivani Catarina Arantes Fazenda. Supervisora de Ensino aposentada da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Prof.<sup>a</sup> Universitária – Universidade de Taubaté/SP.

## INTRODUÇÃO

A história da Educação Brasileira constitui-se estruturalmente, em práticas pedagógicas de segregações de várias ordens. Dentre as que mais saltam à nossa percepção encontra-se a separação de alunos com e sem deficiência, conforme explica Kassir (2011). Tal pensamento conduziu à adoção de uma política educacional segregadora, a qual priorizava a educação de uns em desvantagens para com outros. Entretanto, esse cenário sofreu alteração ao longo dos anos, principalmente com a adoção de um novo estatuto jurídico para o Brasil: A Constituição de 1988, a qual defendia o estabelecimento constitucional de políticas sociais universais, considerando, dessa forma, a educação um direito de todos. (BRASIL, 1998). Nesse sentido, assegurou-se a universalização do direito à educação.

Tais perspectivas educacionais intensificaram-se, principalmente, com a proposta de adequação das escolas brasileiras para atender, de modo significativo, a todas as crianças – proposta defendida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996). Assim, as diferenças, em todas as suas amplitudes, como a social, a étnica, a cultural, passam a ser foco do discurso de inclusão escolar. Implanta-se uma política de Educação Inclusiva, cujo Artigo 58 preconiza que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado. (BRASIL, 1998).

Tal política de Educação Inclusiva passou a contemplar o Ensino Superior, com o respaldo da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de julho de 2015. Percebe-se que os alunos passaram a galgar o ensino superior, pois estes agora se sentem respaldados nos seus direitos e as instituições começaram a perceber que não poderiam mais permanecer sem ações que promovam um olhar, e uma atuação psicopedagógica para esse grupo que almeja em suas

competências e potencialidades um lugar na esfera acadêmica e de respeito as diversidades.

No capítulo IV, do direito à educação, o artigo 27 explicita que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p.32).

Na mesma direção, o artigo 28 assegura que cabe ao poder público "[...] criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar" o acesso à educação superior como salientado no tópico XIII da referida lei. (BRASIL, 2015, p.34).

Diante dessas considerações, ao se pensar em Inclusão, nota-se a grande relevância desse tema para entender a transformação pela qual a educação passou no século XXI. Pessoas em suas capacidades e potencialidades ditas especiais estão alcançando o sonhado Ensino Superior e não mais ficando segregadas dessa conquista educacional, que, perante a Constituição de 1988, é direito de todos. (BRASIL, 1998).

A implementação da Educação Inclusiva no Ensino Superior faz prenúncio de um caminho a ser complexo e com muitos desafios, fazendo-se necessário um olhar humanizado dos docentes para com os alunos em situação de inclusão.

A partir do quadro exposto, esta pesquisa atentar-se-á ao seguinte questionamento: Como a Psicopedagogia pode se configurar como ferramenta de apoio para garantir a permanência dos discentes em situação de inclusão no Ensino superior?

Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é apresentar a contribuição da Psicopedagogia como ferramenta de apoio para os alunos que adentram essas

instituições no tocante as suas necessidades educacionais especiais. Nesse intento, a Psicopedagogia, enquanto área de conhecimento e prática na educação, será de grande valia no presente trabalho de pesquisa sobre a inclusão no Ensino Superior, uma vez que oferece subsídios que permitem ao educador desenvolver um trabalho preventivo e atuando nos processos educativos com intuito de diminuir os problemas de aprendizagem.

Dessa forma, este estudo se justifica por permitir a quebra de parâmetros enraizados no contexto do Ensino Superior no tocante à questão da atuação do psicopedagogo junto aos alunos com deficiência, que buscam uma formação acadêmica e que apresentam uma necessidade educativa especial.

Nesse sentido, cabe à Instituição de Ensino enxergar o aluno com deficiência como um sujeito não só com potencialidades para o mercado de trabalho, mas também dotado de potencialidades e competências que estão além dessa visão profissionalizante. Assim sendo, este estudo ancora-se nas determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), fundamenta-se também na Lei Brasileira de Inclusão (2015). Toma como aporte teórico as reflexões realizadas por Faria (2010), Bossa (2011) e Hoirisch, Barros e Souza (1993), dentre outros autores.

Como procedimento de pesquisa, adota-se a metodologia de natureza qualitativa, de caráter exploratório, que envolverá como técnica de estudo o levantamento bibliográfico, o qual permite utilizar “fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas”, explica Fonseca (2002, p. 32).

Para melhor contextualizar este trabalho, foi feita uma pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A inclusão em sala de aula e, mais especificamente as práticas desenvolvidas, ainda são temas pouco abundantes na bibliografia contemporânea. Sendo assim, iniciando a pesquisa com o descritor “inclusão no ensino superior”, encontraram-se 1.186 artigos; somente

9 teses contemplam a Inclusão no Ensino Superior através das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidade educativas especiais. Cabe ressaltar a importância dos programas de apoio, como o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, criado em 2005, cujo objetivo é promover políticas institucionais de acessibilidade nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Assim, este artigo está dividido em duas seções: na primeira, são apresentados alguns aspectos conceituais relativos à educação Inclusiva no tocante a psicopedagogia no ensino superior. Na segunda, tem-se desenvolvido a questão do Núcleo de Acessibilidade e quais suas funções, com sua dinâmica e seus resultados.

### **Psicopedagogia e sua função no Ensino Superior**

Ao ingressar no Ensino superior, os jovens “trazem consigo todas as mazelas vividas ao longo da Educação Básica, e especialmente, no Ensino Superior”, conforme pontuam Zluhan e Raitz (2014, p.18). As autoras referem-se, especificamente, às dificuldades de leitura e escrita bem como raciocínio lógico. As autoras evidenciam a necessidade de o Ensino Superior reavaliar “seus paradigmas, projetos de curso, metodologia e formação docente, a fim de que essa nova parcela da população [...] possa ter aderência aos projetos pedagógicos e se sinta acolhida em suas fragilidades [...]”. (ZLUHAN; RAITZ, 2014, p. 19).

À luz desses autores, uma reflexão crítica e de movimentação se faz pertinente no que concerne à inserção desses aprendentes no Ensino Superior e como a Psicopedagogia pode se configurar como mais um aporte de conhecimento e ações que visam a compreender problemas no processo de aprendizagem, principalmente no que tange às questões relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo, que são fatores implícitos no processo de aprendizagem.

Entretanto, de acordo com a psicopedagoga Alessandrini (1996), há uma grande necessidade de referenciais teóricos e de projetos desenvolvidos sobre o processo de ensino-aprendizagem no nível superior, levando em conta a dinâmica relacional entre professor e aluno. Para a autora, é preciso pensar sobre o processo de ensinar, sobre a capacidade de pensar do adulto e observar suas aptidões, frente às múltiplas inteligências. Na mesma direção, Hoirisch Barros e Souza (1993) afirmam que é preciso olhar para as necessidades, os interesses e as possibilidades de realizações pessoais, acadêmicas e pré-profissionais desses adultos que adentram o Ensino Superior. Para os autores, apenas orientação acadêmica não contempla as reais necessidades dos discentes.

Ao encontro das observações de Alessandrini (1996), Hoirisch et al ressaltam que no processo de aprender, requer-se

[...] mais do que o mero empenho dos universitários, pois se refere, não só às suas personalidades, como também ao meio que as envolve — familiar, escolar, comunitário — com influências e pressões as mais diversas em qualidade, intensidade e duração. (HOIRISCH; BARROS; SOUZA, 1993, p.34)

Fagali (2011, p.12) também pontua que é preciso refletir sobre “novas formas de sentir, pensar e agir em relação ao conhecimento”, com o intuito de favorecer o aprendiz. O autor compara o aluno à Gaivota, que tem o poder ilimitado de liberdade e afirma que “somos livres para ir aonde aprover e ser o que somos”.

Fagali (2011) também encaminha a reflexão sobre o fato de que ainda no Ensino Superior o ensino tradicional prevalece. Percebe-se o Ensino Superior sem preocupar-se com ampliações das renovações metodológicas de aprender e ensinar, como toda a construção do conhecimento, constituindo uma complexidade do saber e do conhecer de forma a integrar a teoria com a prática profissional.

Por isso faz-se jus o uso da Psicopedagogia, pois, como assevera Novaes (1982), “são os comportamentos e as reações dos educandos que servirão de referencial básico para descrever os processos de aprendizagem e da adaptação delineando as coordenadas para a intervenção pedagógica e psicológica”.

Hoirisch, Barros e Souza (1993) pontuam que cabe aos envolvidos com o processo de aprendizagem compreender e construir caminhos para buscar medidas para condução de apoio ao universitário, conhecer os alunos, suas características, potencialidades, suas formas de entrar em contato com a aprendizagem, seu desenvolvimento pessoal, social e acadêmico para que eles possam concluir seus cursos na instituição. A partir desse olhar mais abrangente para o processo de ensino e aprendizagem, o professor terá condições de intervir com o intuito de prevenir crises, de sanar as dificuldades que os jovens universitários encontram na assimilação de conteúdos e no relacionamento interpessoal, de potencializar os variados recursos cognitivos e afetivos de que se valem ao aprender, como ressalta Fagali (2001). Enfim, garantir que realmente esses discentes tenham sucesso na vida acadêmica para se tornarem profissionais.

Assim, segundo Faria (2010), a função da Psicopedagogia no Ensino Superior se basearia em três aspectos:

- A necessidade do olhar para o paradigma da Instituição como um todo, e observar as modalidades de aprendizagem dessa instituição para se verificarem as formas de intervenção mais eficazes em cada organização;
- A importância de um trabalho junto aos professores, enfatizando esse olhar para as diferenças e as demandas dos jovens, na atualidade, não reduzindo o ensino aos desejos e necessidades do professor;
- A possibilidade de trabalho ampliando a aprendizagem dos alunos adultos, com ênfase no grupal, sem excluir necessidades individuais, quando emergem. (FARIA, 2010, p.87)

O autor enfatiza a importância de se priorizar as necessidades dos alunos e de não reduzir o ensino às necessidades do professor e da própria Instituição.

O que se constata é que as Universidades, segundo Hoirisch, Barros e Souza (1993, p.35), que deveriam ser celeiro de desenvolvimento e criatividade produtiva, perdem grande potencial humano, cultural e profissional, mais preocupadas que estão em seu foco administrativo, do que no real estímulo ao crescimento de capacidades e recursos humanos.

Vale pontuar, no que se refere ao foco administrativo e aos lucros imediatos, que as Universidades federais nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo criaram os serviços de Saúde Mental Escolar destinado aos universitários. Mas essa iniciativa, assim como a da criação do POPPE – Programa de Orientação Psicopedagógica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – e o SOES – Serviço de Orientação ao Estudante da Universidade Federal de São Carlos – visava, segundo Daltro e Pondé (2011, p.113 apud HAHN, 1994) a “minimizar alguns problemas do cotidiano escolar, repetência, trancamento de matrículas e eventuais abandonos de curso por problemas emocionais”.

Pesquisas realizadas por Faria (2010) e Alessandrini (1996), Daltro e Pondé (2011) constataram que há muitas dificuldades de a ação psicopedagógica por esse trabalho ser pouco reconhecido em sua verdadeira finalidade.

Percebe-se, diante dos estudos realizados por Faria (2010), que o trabalho psicopedagógico não é valorizado dentro das instituições por não visar lucros imediatos e palpáveis.

### **Núcleos de acessibilidade: prática preventiva**

Entende-se por Núcleos de Acessibilidade a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos da instituição para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL/MEC, 2007).



Os Núcleos de apoio ou acessibilidade também são denominados com núcleo de inclusão e aprendizagem e são constituídos para dar suporte e propor estratégias cujo objetivo é propiciar melhora no acesso e a permanência dos discentes com deficiência. Assim, fortalecem-se as práticas inclusivas de acolhimento, permanência e conclusão à educação superior. O discente com deficiência nem sempre encontra um espaço com suporte psicológico, psicopedagógico, didático-pedagógico e de apoio à inclusão na comunidade acadêmica. Os núcleos foram pensados e se mostraram condizentes com a necessidade do país quando, em 2011, foi aprovado o Decreto nº 7.611/2011. Este decreto, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, prevê, no § 2º inciso VII e no § 5º. Ponderam a questão de estruturação e constituição do Núcleo de acessibilidade quando esclarece que

VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011, p.3).

Uma instituição que também faz uso do Núcleo é a UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto). O intuito é garantir a implantação de política de acessibilidade e inclusão destinada aos estudantes público-alvo da educação especial, que são pessoas com deficiência, que apresentam transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2011). O Núcleo também realiza ações específicas com servidores que apresentam demandas especiais.

Cabe ressaltar que o Núcleo de Acessibilidade, além de refletir o contexto educacional inclusivo, é composto por uma comissão que promove ações de acolhimento aos ingressos, assim como informação e integração dos discentes com deficiência com a comunidade acadêmica. Essa proposta torna possível as ações inclusivas na Instituição, tendo como base os referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional

de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O quadro a seguir, demonstra a importância de tornar acessível todo o ambiente universitário para o discente, de forma sistematizada, tendo como parâmetro este espectro da acessibilidade:

Quadro 1: Espectro da Acessibilidade

Eixos temáticos	Categorias
<p><b>Fatores intervenientes no processo e aprendizagem dos estudantes</b></p>	<p>Aspectos emocionais Déficits cognitivos Qualidade da experiência de escolarização anterior a universidade Relação professor -aluno Relação colegas-aluno</p>
<p><b>Intervenções psicopedagógicas realizadas</b></p>	<p>Construção conjunta com aluno de um entendimento a respeito de suas dificuldades Escuta e apoio emocional Investigação sobre aspectos pessoais da história e vida atual do aluno Investigação sobre desempenho acadêmico do aluno Investigação sobre desenvolvimento cognitivo e psicomotor por meio da aplicação de testes/jogos/tarefas Auxílio na organização e no planejamento de estratégias de estudo Estímulo para que o aluno simule situações acadêmicas desafiadoras dentro do setting do atendimento Identificação e fortalecimento de recursos e potencialidades do aluno Incentivo e autonomia psicológica e independência do aluno Estimulação cognitiva Apoio e orientação as famílias Contatos com os professores e com os coordenadores de cursos e orientações a esses profissionais.</p>

**Fonte:** *Rozek e Martins (2016)* Inclusão no Ensino Superior: um olhar da Psicopedagogia em relação a estudantes com deficiência e/ou dificuldades na aprendizagem .

Destaca-se ainda o Programa de Promoção e Efetivação da Acessibilidade e Inclusão – PROPEACI – da UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), cuja base de apoio é a Tutoria Inclusiva, a qual é conduzida pelo Núcleo de Acessibilidade que buscou sua base legal no Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 que dispõe de Política Nacional para a integração da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as leis 10.048/2000 e 10098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial (BRASIL,2011).

## **CONCLUSÃO**

Este artigo objetivou apresentar a contribuição da Psicopedagogia como ferramenta de apoio para os alunos que adentram instituições de Ensino Superior e que necessitam de um olhar especial no tocante às suas necessidades educacionais especiais e deficiências. É inegável a contribuição da Psicopedagogia no que tange ao processo de acolhimento e permanência do discente no Ensino Superior, mesmo que prática psicopedagógica ainda seja recente, haja vista que só em 2015 houve um respaldo pela lei quando a mesma em seu artigo 28 e inciso III permitem que o atendimento educacional especializado.

Dessa forma, esta pesquisa aponta que se faz necessário a quebra de padrões enraizados no contexto do Ensino Superior no que se refere à atuação do psicopedagogo junto aos alunos que buscam uma formação acadêmica e que apresentam uma necessidade educativa especial. A lei si só garante a inclusão, porém a permanência demandará de toda a mobilização da instituição de Ensino Superior. Faz-se necessário também fiscalização do cumprimento dessa lei, além de se romper paradigmas, tais como: não priorizar o aspecto burocrático em detrimento do recurso humano; a Instituição permitir-se olhar para o discente como indivíduo e não como mais um matriculado no Ensino

Superior; a Instituição permitir-se a aprender com projetos que já estão em andamento, como os Núcleos de Acessibilidade, enfim, pensar na própria formação do educador e como ele pode ter acesso a projetos e práticas que vêm dando certo.

Outra quebra de paradigma é permitir-se valer das contribuições da Psicopedagogia e validar a atuação do psicopedagogo, valorizar e entender que ele é um profissional indispensável no Ensino Superior. O psicopedagogo é aquele que terá condições de orientar professores e alunos no processo de aprendizagem significativa. Daí a importância da atuação desses profissionais no Ensino Superior, os quais acolherão os discentes nas suas necessidades educativas especiais, direcionando-os na aprendizagem.

Enfatiza-se que este artigo não esgota a reflexão sobre o tema da inclusão no Ensino Superior. Novos estudos são necessários para constatar a eficácia das intervenções psicopedagógicas nas Instituições de Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

ALLESSANDRINI, Cristina Dias. **Oficina criativa e Psicopedagogia**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p.125.

ANTUNES, A.P.; FARIA, C.P.; RODRIGUES, S.E. & ALMEIDA, L.S. Inclusão no Ensino Superior: Percepções de Professores em uma Universidade Portuguesa. **Psicologia em Pesquisa**, UFJF,2013, p.140-150.

BLANCHET. Ana Claudia Psicopedagogia e suas contribuições para o Ensino Superior. In: XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; 2015; Paraná; 2015. p. 30143 a 30154.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 14, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”. Disponível em < <http://www.prolei.inep.gov.br>> Acesso em novembro de 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: DP&A editora,1998.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão: lei nº 13.146, de julho de 2015**.Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/editora>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso 19 de outubro de 2017.

BRASIL. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 208, inciso III, da Constituição, arts. 58 a 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 9º, § 2º, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com **status** de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em <, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)> Acesso: em 18 de setembro de 2017

BOSSA, Nadia Aparecida. **A Psicopedagogia no Brasil:** contribuições a partir da prática. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

DALTRO M. R., PONDÉ M. P.; Atenção Psicopedagógica no Ensino Superior: uma experiência inovadora na graduação de medicina. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo-SP, 2011, v.19, n.18, p.104-123

FAGALI, Eloisa Quadros; VALE, Zélia Del Rio. **Psicopedagogia Institucional Aplicada:** A aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. 11. Ed. – Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FARIA, Paula Amaral. Psicopedagogia e ensino superior: o múltiplo e as possibilidades de aprender e ensinar. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v.18, n.16, p.79-93,2010.

FERRARI, Dias, SKKEL, M. C., Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2007, p.636-647.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/Alessandra/Documents/kelly%20aula%20mestrado/0Cient%C3%ADfica%20FONSECA.pdf>>. Acesso em 11 de dezembro de 2016.

HAHN, M. S. **Estudos da clientela de um programa de atenção em saúde mental junto ao estudante universitário de São Carlos.** 1994. Dissertação (Mestrado em) - Ciências Médicas) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

HOIRISCH, A.; BARROS, D. I. M.; SOUZA, I.S. **Orientação Psicopedagógica no Ensino Superior.** São Paulo: Cortez, 1993. p.200

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.

**Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul/set 2011. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

KEBACH, Patrícia; CARMINATTI, Juliana da Silva e PAAZ, Aneli . Experiência inclusiva no ensino superior: ações do núcleo de apoio psicopedagógico de uma instituição de ensino superior. **1º seminário Luso-Brasileiro de Educação inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão**, (2017), p.718 a 731

PORTO, Olivia. **Psicopedagogia Institucional: Teoria Prática e assessoramento psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak ED. 2009.

ROZEK, Marlene; MARTINS, Inclusão no Ensino Superior: um olhar da Psicopedagogia em relação a estudantes com deficiência e/ou dificuldades na aprendizagem , **Anped**, 24 a 27 de julho (2016) , p. 1 a 16 , Curitiba/ Paraná

ZLUHAN, Mara Regina, RAITZ., Tânia Regina. Um estudo com jovens: transição do Ensino Médio ao Ensino Superior, **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014, p. 1 a 21 Disponível em : [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/325-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/325-0.pdf) . Acesso em: 09/12/2017